

A trajetória de Tácito Pires entre a história social do trabalho e do pós-abolição (Rio Grande do Sul, 1874-1939)

Melina Kleinert Perussatto*

Resumo: Por meio da trajetória de Tácito Pires e de alguns de seus escritos, busca-se conectar questões da história social do trabalho com estudos do pós-abolição. Dentre os desafios, o de transformar em problema histórico a cor dos trabalhadores e apreender a maneira como ideias de raça foram manejadas pelos próprios sujeitos. Nascido de ventre livre em 1874 em Porto Alegre, Tácito Pires faleceu em 1939 na cidade natal. Desde 1908, deslocou-se pelo estado como professor público, mantendo residência por maior tempo em Bagé.

Palavras-chave: trajetória; história social do trabalho; pós-abolição.

Abstract: Through the trajectory of Tácito Pires and some of his writings, this research seeks to connect issues of the labor history with the post-abolition studies. Among the challenges, to transform into a historical problem the color of workers and to apprehend the way in which ideas of race were handled by the subjects themselves. He was born of free womb in 1874 in Porto Alegre and passed away in 1939 in the native city. Since 1908, he used to move by the State as public professor, maintaining residence by greater time in Bagé.

Keywords: trajectory; labor history; post-abolition.

* Professora no Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó. O artigo é resultado da tese de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

“Tratemos finalmente da inferioridade da raça negra. Esta infeliz raça é inferior porque tem produzido os Montezumas, os Cotegipes, os Rebouças, os Patrocínios? Não. É inferior pelos tipos ignorantes que passam a todo instante na rua, pobres de instrução e de proteção”.¹ Integrante da réplica dirigida por Tácito Pires a um jornalista do *Corriere Italiano* de Porto Alegre, estampou a edição de refundação do jornal *O Exemplo* também da capital, em 5 de outubro de 1902, sob o título “O Negro”.

A virada do século XIX para o XX seguia marcada por ideias científicas de raça que associavam fenótipo e origem à moralidade, à capacidade cognitiva, ao perfil e à qualidade do trabalhador. Segundo Wlamyra Albuquerque, a partir da Bahia, se tratava de um contexto profundamente racializado. Ideias de raça, contudo, não foram gestadas apenas nos circuitos científicos; pessoas que sofriam cotidianamente os efeitos perversos das relações de poder advindas das teorias raciais, posteriormente nomeadas de racismo, também manejaram e atribuíram sentidos à raça.² Intelectualidades e coletividades negras contestavam em diversos pontos do Atlântico ideias científicas de raça e forjavam sentidos outros em meio a projetos e práticas de redenção racial.³ E é o que podemos notar na postura de Tácito Pires. O fundador e editor do periódico, ao citar pessoas negras ilustres, além de ironizar, atribuiu a inferioridade da raça negra tão somente à ausência de instrução e proteção e não a uma condição inata.

Nesse deslocamento semântico da ideia de raça do campo estritamente biológico para o sociocultural, a instrução ganhou especial relevância como meio de transformar a situação da população negra. Na edição de refundação de *O Exemplo*, o editorial retomou o termo de conduta outrora traçado, qual seja, “educar pelo exemplo”. Além da réplica ao jornalista italiano, a edição registrou ainda a intenção de se fundar uma escola noturna, que levaria o nome do jornal e seria franqueada a todos, sem discriminação de cor, sexo, nacionalidade, religião ou profissão; e o pseudônimo Telasco assinou uma coluna sobre o estadunidense Booker T. Washington, um dos principais intelectuais do Atlântico Negro. Não sabemos se o pseudônimo era de Tácito Pires, mas a coluna somava-se aos esforços de conscientização sobre os benefícios da instrução e mobilização do meio social que marcou a existência do periódico (1892-1930).⁴ Voltaremos a ela adiante.

Tácito Pires tinha 28 anos de idade quando refundou *O Exemplo*, ao lado de Esperidião Calisto, 38, e Vital Baptista, 25. Baptista era o novo gerente e Calisto, um dos oito fundadores do periódico em 1892, compartilhava com Pires a edição. A folha integra o conjunto de jornais posteriormente caracterizados como “imprensa negra”⁵ e muito provavelmente a luta de Calisto ao longo da primeira fase do jornal (1892-1897) se somou à de Pires no movimento operário de viés socialista. A esse despeito, as pesquisas sobre a história social do trabalho em Porto Alegre não

1 PIRES, Tácito. “O Negro”. *O Exemplo*, Porto Alegre, 5 out. 1902, p. 1-2.

2 ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

3 DU BOIS, W. E. B. *As Almas da Gente Negra*. Tradução: Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999; GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

4 *O Exemplo* surgiu em 1892 e a primeira fase encerrou-se em 1897, somando 194 edições. Foi refundado em outubro de 1902 e o primeiro intervalo registrado em janeiro de 1903. Entre outras interrupções, sobreviveu até 1930. Registrou mais de mil edições, das quais cerca de 70% está salvaguardada em acervos diversos. Ver: PERUSSATTO, Melina Kleinert. “Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal ‘O Exemplo’ de Porto Alegre (c. 1892-c. 1911)”. (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018).

5 PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

atentaram para o fato de Tácito Pires ser negro – marcador, talvez, não registrado nesse âmbito de luta –, tampouco aquelas que se debruçaram sobre *O Exemplo* buscaram mais detidamente as conexões de Pires com o movimento operário.

Por se tratar de uma sociedade estruturada na exploração da mão de obra de pessoas negras, majoritariamente livres ou libertas desde pelo menos meados do século XIX, o desafio de superar o “paradigma da ausência” do trabalhador negro na história do trabalho retomado por Álvaro Nascimento também orientam o texto. Mais do que notar a cor dos trabalhadores, é necessário problematizá-la.⁶ Ademais, conforme postulado por Beatriz Ana Loner, a mão de obra negra, estrutural na sociedade escravista sul-rio-grandense, não desapareceu com a Abolição. A partir de Pelotas e Rio Grande, ela identificou trabalhadores negros em associações de classe e de cor/raça e interpretou a dupla militância como produto do elevado racismo: era necessário lutar por direitos e contra a exploração capitalista, mas também combater o preconceito racial.⁷ Rodrigo de Azevedo Weimer, a partir do mundo do trabalho rural no litoral norte gaúcho no pós-abolição, explicitou a necessidade de se expandir os sujeitos do processo de formação da classe trabalhadora para além das lideranças urbanas.⁸ Os personagens citados neste artigo, portanto, constituem tão somente parcelas de um processo maior.

Propõe-se neste artigo percorrer aspectos da trajetória de um homem negro nascido em Porto Alegre e oferecer reflexões sobre como suas experiências, ideias, projetos e práticas foram racializadas. Nos debruçamos, especialmente, em sua trajetória pelo movimento operário, pela imprensa operária, pela imprensa negra e pelo magistério, em Porto Alegre e no interior do Rio Grande do Sul, no contexto compreendido entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. Este exercício soma-se aos esforços de, por meio de estudos biográficos ou de trajetórias, romper fronteiras temáticas, cronológicas etc.; evidenciar heterogeneidades e conflitos internos aos grupos; identificar a maneira como indivíduos (e não apenas grupos) impactam e foram impactados pelas relações de poder.⁹ Busca-se, enfim, conectar questões da história do trabalho com questões dos estudos do pós-abolição.

Para tanto, o cruzamento de fontes tornou-se fundamental, facilitado pela existência de bases digitais. Realizamos buscas nominais em três plataformas: hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (*A Federação*, de Porto Alegre; *O Brazil*, de Caxias do Sul; *A Noite*, *Correio da Manhã* e *Almanaque Laemmert*, do Rio de Janeiro); Family Search (registro de batismo, consultado no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre); e base de dados do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (declaração de pobreza e processo criminal, consultados *in loco*). O jornal *O Exemplo*, com raras exceções, está disponível em bases digitais; o exemplar de refundação e o jornal *A Voz do Oprimido* foram

6 NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil”. *Estudos Históricos*, v. 29, n. 59, set.-dez. 2016, p. 607-626.

7 LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. 2 ed. rev. ampl. Pelotas: Editora da UFPel, 2016.

8 WEIMER, Rodrigo de Azevedo. “Em que a trajetória do sr. Manoel Inácio Marques Neto pode contribuir à compreensão da formação do proletariado brasileiro? (Rio Grande do Sul, década de 50 do século XX)”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 8, n. 16, 2017, p. 11-32, p. 15.

9 Um esforço recente nesse sentido foi registrado em: CASTELLUCCI, Aldrin; SCHMIDT, Benito (orgs). “Dossiê biografia e história do trabalho (I)”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 8, n. 15, jan.-jun. 2016; CASTELLUCCI, Aldrin; SCHMIDT, Benito (orgs). “Dossiê biografia e história do trabalho (II)”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 9, n. 16, jul.-dez., 2016. Ver ainda: SCHMIDT, Benito. “Que diferença faz? Os estudos biográficos na história do trabalho brasileira”; FORTES, Alexandre et al. (orgs.). *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 61-76.

consultados na Biblioteca Pública de Rio Grande. A transcrição de fontes do movimento operário no formato de antologias ou guias, devidamente referidas adiante, foram igualmente importantes.

Além das considerações iniciais e finais, o artigo foi organizado em quatro seções. Na primeira, reconstruímos o cenário em meio ao qual Tácito Pires nasceu de ventre livre e viveu seus primeiros anos. Na segunda, adentramos na militância socialista no nascente movimento operário. No intuito de identificar influências dessa experiência nos projetos e posicionamentos defendidos em *O Exemplo*, bem como as conexões com projetos de redenção racial em outros pontos do Atlântico, na terceira seção apresentamos o projeto de escola noturna anunciado no número de reestrea do periódico da imprensa negra. Na quarta, por meio dos caminhos tomados ao sair da capital, trazemos a constituição familiar de Tácito Pires e seu trabalho como professor público, recuperando o engajamento com a instrução popular e as formas como conseguiu, enfim, concretizar projetos.

Pedro, nascido livre do ventre de Clemência Pires

Tácito Pires nasceu no dia 20 de outubro de 1874 e foi batizado dias depois com o nome Pedro. Sua mãe Clemência Pires pertencia à herança de João Marcelino Pires, mas em decorrência da Lei n.º 2.040, promulgada em 28 de setembro de 1871, a condição jurídica materna não era mais imposta ao filho. Pedro, portanto, nasceu de “ventre livre”.¹⁰ As divergências acerca da liberdade a ser experimentada por essas crianças, e aqui estamos falando fundamentalmente em seus limites, remontam aos debates parlamentares iniciados em meados da década de 1860 acerca da elaboração de uma nova legislação emancipacionista. Visando preservar a política de domínio assentada na prática da alforria e restringir a interferência do Estado nas relações costumeiras, proprietários e seus representantes desejavam, dentre outras coisas, a manutenção do princípio de que “o parto segue o ventre”, emprestado do Direito Romano e basilar do escravismo brasileiro. Em contrapartida, assumiriam o compromisso de libertar na pia batismal, tão logo fosse possível, os filhos de suas trabalhadoras. Ou seja, a criança nasceria com a mesma condição materna e, num ato de benevolência senhorial, seria *liberta* – e não *livre* –, como desejavam alguns legisladores.¹¹

Ao se decidir por romper com o princípio romano, contudo, novos mecanismos de controle senhorial foram estabelecidos. A Lei 2.040 garantiu a tutela do “ventre livre” ao proprietário da mãe até os oito anos de idade e o recebimento de uma indenização ao final desse período, que poderia ser pecuniária ou por meio da exploração do trabalho do tutelado por mais treze anos.¹² Embora tenha abalado a dominação senhorial assentada na alforria e ter reconhecido a prática costumeira de se priorizar as mulheres na ordem de libertação em uma família ou comunidade negra, a liberdade a ser vivida por essas crianças previa uma série de amarras e inseria-se em um projeto ampliado de formação do “novo trabalhador”.¹³

10 Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). Livro de Registro de Batismos da Freguesia de Madre de Deus, 1858-1877. Pedro, filho natural de Clemência Pires. Batismo: 4/11/1874. Nascimento: 20/10/1874, p. 78.

11 CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

12 BRASIL. Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871 (art. 1º).

13 CHALHOUB. *Machado de Assis: historiador*.

Durante os debates parlamentares, chegou-se a cogitar a possibilidade de se chamar tais crianças de *ingênuas*, mas a definição oferecida pelo Direito Romano não agradou sobretudo as elites agrárias do país, cujas vozes foram amplificadas por seus representantes parlamentares: *ingênuo* “é quem nasce e continua livre, pouco importando que o pai seja *ingênuo* ou *liberto*”, conforme constatou Anna Gicelle Allaniz. Assegurar uma cidadania integral seria perigoso à manutenção das hierarquias sociais e, por isso, chamá-los de “menores”, isto é, pessoas que precisavam ser tuteladas judicialmente, tornou-se mais adequado. Apesar disso, o termo *ingênuo* pegou no cotidiano e no jargão jurídico, colocando a liberdade e a cidadania dessas pessoas em uma intrincada arena de disputas políticas, sociais e semânticas.¹⁴

O contexto marcado pela iminência dos primeiros *ingênuos* completarem oito anos de idade foi marcado por uma enorme apreensão, sobretudo porque não se sabia ao certo como proprietários, autoridades e os próprios sujeitos e suas famílias reagiriam. Por conta disso, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, presidente do Conselho de Ministros e ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, convocou os proprietários das províncias mais comprometidas com o escravismo, a saber, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, para um congresso agrícola a ser realizado na Corte. Pela primeira vez, o governo ouviria diretamente as demandas dos proprietários, sem o intermédio de representantes. Em suma, atribuía-se ao governo a responsabilidade de subsidiar a criação de escolas especiais de instrução primária para formar sobretudo os meninos para o trabalho.¹⁵

Diante da empolgação dos congressistas, o ministro Cansanção de Sinimbu previu recursos para receber centenas de *ingênuos* no ano seguinte. Porém, a maioria dos proprietários optou pela exploração de mais treze anos de trabalho dos *ingênuos* como forma de indenização pelo período de “cuidados”.¹⁶ Para se ter uma ideia, em 1885 havia mais de quatrocentos mil *ingênuos* matriculados em todo o Império e menos de 1% estava sob o controle do Estado. Em números absolutos, Minas Gerais foi a província que mais registrou matrículas de *ingênuos*, seguida de Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul.¹⁷ A esse despeito, não há registro da realização de um congresso agrícola na região Sul, o que não significa a ausência de debates.

Pouco antes do levantamento ministerial publicado em 1885, mais exatamente em 1882, Pedro, como ainda se chamava Tácito Pires, completou oito anos de idade. Caso sua mãe estivesse na escravidão, qual teria sido a escolha feita pelo senhor/tutor? Se estivesse em liberdade, chance ampliada pela abertura de inventário *post-mortem*¹⁸, estaria Pedro na companhia materna?

14 ALLANIZ, Anna Gicelle. *Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição. 1871-1895*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997, p. 39.

15 Congresso Agrícola do Rio de Janeiro. (1878). *Anais*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1998. Por conta própria, realizou-se em Recife outro congresso do tipo que, apesar das pautas específicas, chegou a uma decisão semelhante acerca dos *ingênuos* (Congresso Agrícola do Recife. (1878). *Anais*. Recife, Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978).

16 BRASIL. Lei n.º 2.040, de 28 de setembro de 1871 (art. 1º).

17 BRASIL. Relatório do ministro e secretário de Estado dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Ferreira de Moura Penna, apresentado à Assembleia na primeira sessão da décima nona legislatura, referente a 1884. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

18 Visando reduzir os impostos a serem pagos, havia a tendência de se avaliar os bens [sic] para baixo; e o quarto parágrafo do primeiro artigo da lei de 1871 assegurava, se assim fosse sua vontade, levar o filho consigo. Não localizamos o inventário do antigo proprietário de Clemência ou quaisquer outros documentos. Ver, dentre outros: SLENES, Robert. *Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Conforme dados compulsados por Paulo Moreira no *Jornal do Comércio* de Porto Alegre, em 1882, no Rio Grande do Sul, apenas doze ingênuos estavam sob tutela do Estado, enquanto 24.779 estavam sob o controle dos proprietários e outros 739 foram “entregues pelos senhores às suas mães libertas”.¹⁹ Interpunha-se, assim, a tutela materna entre a privada e a estatal; e no avançar da década de 1880, anúncios de fuga de ingênuos evidenciavam os limites desse meio de controle e exploração.²⁰

Apesar do caráter especulativo das considerações feitas até aqui, o assento de batismo de Tácito nos mostra a agência de Clemência Pires na busca por garantias de um futuro melhor ao filho. Se a escolha da protetora Nossa Senhora como comadre indica a devoção e o desejo de uma proteção espiritual ao filho, eleger o professor Salvador de Albuquerque como compadre converge para um possível desejo de assegurar uma proteção no nível mundano, ampliando a possibilidade de o filho desenvolver seu intelecto e adquirir predicados que reduziram a “precariedade estrutural da liberdade”²¹ intrínseca a pessoas como ele. Ainda que aparentemente não possuísse uma posição social de prestígio ou recursos pecuniários, Salvador Albuquerque possivelmente introduziu o afilhado no mundo das letras.²² Ademais, havia no país uma tendência de os progenitores ou tutores elegerem compadres com condição jurídica igual ou superior à do batizando, raramente inferior.²³

Em relação ao batismo dos ingênuos, houve 1.713 registros em Porto Alegre, entre 1871 e 1888, com um leve predomínio do sexo feminino (51,3%) e predominância da condição *natural* (99,45%). Assim como Tácito, frutos de relações consensuais não sacramentadas pela Igreja eram a maioria. Pedro também driblou a morte que atingia crianças em semelhante condição. 978 ingênuos morreram majoritariamente por doenças no sistema digestivo (28,7%), seguidas por aquelas de causas desconhecidas (25,7%), da eloquente expressão “primeira infância” (19,7%) ou no sistema respiratório (13,7%).²⁴

A primeira página da edição de refundação de *O Exemplo* estampou um artigo intitulado com a data da legislação posteriormente conhecida como Lei do Ventre Livre, no qual nota-se a centralidade da data para as lutas negras. “O 28 de Setembro é um dos marcos mais significantes das conquistas liberais do povo deste país. Todo o luzimento do 7 de Setembro desaparece ante ele e o 15 de Novembro dele provém”, assim como o 13 de Maio. No ponto de vista dos editores, a data era “a maior e a mais significativa para os brasileiros, pois devolve[u] a uma grande porção de homens a liberdade” e viabilizou a construção da nacionalidade,

19 MOREIRA, Paulo. “Ingênuas mortes negras: doenças e óbitos dos filhos do ventre livre (Porto Alegre/RS - 1871/1888)”. *Territórios e Fronteiras*, v. 6, 2013, p. 94-103.

20 MOREIRA, Paulo. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre - século XIX)*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009, p. 209.

21 LIMA FILHO, Henrique Espada. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho”. *Topoi*, v. 6, n. 11, jul./dez. 2005, p. 289-326; CHALHOUB, Sidney. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”. *História Social*, v. 19, 2010, p. 33-69.

22 AHCMPA. op. cit. Salvador de Albuquerque formou-se em 1882 na Escola Normal de Porto Alegre e dois anos depois ingressou na carreira pública, mas já atuava interinamente quando do nascimento do afilhado (SCHNEIDER, Regina Portella. *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul, 1770-1889*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/EST Edições, 1993, p. 453; *A Federação*, Porto Alegre, 5 fev. 1885, p. 3).

23 SCHWARTZ, Stuart B. “Abrindo a roda da família: compadrio e escravidão em Curitiba e na Bahia”. In: *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Tradução de Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2001, p. 263-292.

24 MOREIRA, Paulo; PINTO, Natália Garcia. “Sem lar, viviam abrigados sob o teto da casa dos seus senhores”: experiências de vida e morte dos filhos do Ventre Livre (Porto Alegre e Pelotas, RS - 1871-1888). In: CARDOZO, José Carlos et al. (orgs.). *História das crianças no Brasil Meridional*. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 175-176.

incompatível com a existência de “cidadãos escravizados” ou “brasileiros terem brasileiros por escravos”.²⁵

Pedro Tácito Pires, um militante socialista

Aos 25 anos de idade, o nome de Tácito Pires figurou no seletivo conjunto de cidadãos políticos da recém proclamada República, que manteve o analfabetismo dentre os critérios de exclusão. Descrito como solteiro, tipógrafo e filho Clemência Pires,²⁶ o registro explicita a realidade da maioria das famílias negras (a condição de nascimento *natural*, uma vez que o pátrio poder priorizava a informação do nome paterno), bem como as formas de se arranjar em liberdade por meio da inserção em uma profissão comum a outros intelectuais negros, a tipografia, e que oportunizava a formação de redes e o próprio letramento.²⁷ O fato é que, embora Tácito Pires possa ter se enredado nas malhas tutelares, em 1895 completou 21 anos, a mesma idade com a qual cessaria o período de prestação de serviços dos ingênuos, e figurou na lista dos fundadores da Liga Operária Internacional. Naquele mesmo ano, o secretário João Abbott denunciou ao presidente de Estado, Júlio Prates de Castilhos do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), a manutenção da “escravidão disfarçada de tutela”,²⁸ evidenciando a persistência do problema em torno da “questão servil”.

Tácito Pires foi eleito vice-presidente da Liga e Francisco Xavier da Costa, também negro, eleito presidente. Endossaram a lista pessoas com sobrenomes estrangeiros. Em 1897, dois anos depois, ambos foram signatários do Manifesto do Partido Socialista.²⁹ Em meio a isso, se inseriram na tipografia e na imprensa operária e compartilharam diversos espaços: em 1898 representaram a Liga durante o Congresso Operário realizado na capital e integraram a comissão organizadora da Confederação Operária Sul-Rio-Grandense.³⁰ Além de Tácito Pires e Xavier da Costa, o futuro gerente de *O Exemplo*, Vital Baptista integrou a Liga³¹ e também a Sociedade Floresta Aurora (1872-presente), entidade negra constituída por operários, que se fez presente nas manifestações alusivas ao Primeiro de Maio de 1897.³²

Para Marcus Vinícius de Freitas Rosa, embora houvesse distintos critérios de formação, “a liga dos operários e a sociedade dos negros compartilharam não apenas os indivíduos, mas também o espaço físico. A antiga Rua da Concórdia, nº 55, na Cidade Baixa, foi o endereço da Liga, em 1899, e da Floresta Aurora, em 1902”. Identificou-se ainda nomes de sócios da Floresta Aurora dentre os chamados a participar do Congresso Operário. “Por diferentes motivos, era natural que homens de cor participassem da Liga; afinal, eles tinham a dupla identidade

25 PUBLIO, Carlos. “28 de Setembro”, *O Exemplo*, 5 dez. 1902, p. 1.

26 *A Federação*, Porto Alegre, 7 jun. 1899, p. 3; *A Federação*, Porto Alegre, 9 jul. 1900, p. 4.

27 PINTO, Ana Flávia Magalhães. “Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX”. (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2014).

28 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG). Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior Dr. João Abbott apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Rio Grande do Sul, em 15/8/1895. Porto Alegre: Oficinas a vapor da Livraria Americana, 1895.

29 PETERSEN, Sílvia; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tchê!, 1992, p. 89-95.

30 PETERSEN, Sílvia. *Que a união operária seja a nossa pátria!* História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Editora da UFSM, 2001, p. 113-114.

31 PERUSSATTO. “Arautos da liberdade”, p. 187.

32 PETERSEN. *Que a união operária seja a nossa pátria!*, p. 111.

de negros e operários num contexto em que as condições de vida e de trabalho faziam do ingresso em agremiações uma necessidade social para fazer frente à exploração e à miséria”.³³

A despeito de Tácito Pires e Xavier da Costa compartilharem os agouros do preconceito de cor, desde pelo menos 1898 protagonizaram uma cisão no grupo socialista. Em uma das polêmicas, Xavier da Costa acusou Pires de sequer ser operário, pois não possuía “profissão definida”, além de ser “cassalista” (partidário do republicano Barros Cassal) e estar transformando a Liga Operária Internacional “em um canteiro de votos”, em detrimento dos “interesses da classe”. Como consequência, o pedido de demissão de Xavier da Costa levou José Reis Gil à presidência da agremiação e Pires à secretaria. Pouco tempo depois, com a saída do último, Xavier da Costa voltou à direção.³⁴ Acerca dessa cisão, Rosa assinalou que “ainda que compartilhassem a cor e a classe, não deixavam de ter diferentes entendimentos sobre os meios mais adequados de alcançar seus objetivos”.³⁵

Chegamos, assim, não apenas aos embates acerca do que era trabalho ou não, por conseguinte, quem era trabalhador ou não, mas também à relação dos socialistas com o republicanismo e os conflitos internos aos grupos. Segundo Benito Schmidt, Xavier da Costa aproximou-se do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) somente em 1912, ocupando em seguida uma cadeira no Conselho Municipal. Contudo, sua presença foi notada pelos redatores de *A Federação* em reuniões do partido e em sua sociabilidade desde pelo menos 1904.³⁶ Embora não seja a intenção explorar essas evidências, em 1906 Xavier da Costa foi um dos principais líderes da greve geral conhecida como “Greve dos 21 dias”.³⁷

Talvez sua presença em meio ao circuito republicano forneceu a Xavier da Costa subsídios para a elaboração de seu protesto, uma vez que as ideias socialistas (ou sociais-democratas) ganharam força no ainda incipiente movimento operário, sobretudo diante das frustrações em relação ao tratamento dispensado à questão social na instauração do sistema republicano. Segundo Sílvia Petersen, no Rio Grande do Sul o socialismo também era difuso, como observado por Cláudio Batalha no Rio de Janeiro, e contava com a convergência de diversas influências ideológicas (positivismo, cientificismo, espiritismo) e grupos (imigrantes alemães e antigos militantes republicanos e abolicionistas).³⁸ Isto, por sua vez, nos leva não somente a conjecturar a aproximação de Esperidião Calisto com as lutas engendradas no movimento operário, mas que em meio a elas conheceu os novos companheiros de empreitada: o alfaiate Vital Baptista e, especialmente, o tipógrafo Tácito Pires, quando ainda não havia abandonado o prenome Pedro.³⁹

A adesão de homens negros ao socialismo certamente convergia para as lutas por ampliação da cidadania. Conforme Schmidt, a “garantia de direitos políticos e sociais [...] a todos os indivíduos, independentemente de sua condição

33 ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. “Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)”. (Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2014), p. 253-254.

34 PETERSEN. *Que a união operária seja a nossa pátria!*, p. 119-124.

35 ROSA. “Além da invisibilidade”, p. 255.

36 PERUSSATTO. “Arautos da liberdade”, p. 205.

37 SCHMIDT, Benito. *Em busca da terra de promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarina, 2004.

38 BATALHA, Cláudio. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1995 apud PETERSEN. *Que a união operária seja a nossa pátria!*

39 Em 1904, declarou que “desde muito tempo deixou de assinar-se Pedro Tácito Pires, usando para todos os efeitos da firma que abaixo se vê” (PIRES, Tácito. “Declaração”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 8 ago. 1904, p. 3).

de classe” era a principal bandeira dos socialistas. Reportava ao ideário iluminista, bem como ao conteúdo do Manifesto do Partido Socialista de 1897: “O socialismo é o verdadeiro regime da liberdade, da igualdade e da fraternidade”. Desse modo, a escolha de Xavier da Costa pelo socialismo, segundo Schmidt, associou-se inicialmente a uma provável insatisfação com a “ordem social vigente”, já que por sua condição, pobre e negro, experimentava desde a infância os preconceitos de cor e de classe. Tal identificação foi facilitada pelo caráter “difuso, heterogêneo e elástico” do socialismo permitir a aproximação de “militantes com itinerários, objetivos e inspirações bastante diversificadas”. É dentro da chave que a adesão de Xavier da Costa ao PRR foi compreendida por Schmidt: como uma forma de efetiva participação nos “negócios políticos” sem abandonar as causas operárias, uma vez que se tornou “homem ponte entre os poderes públicos e o povo” e participou de diversas medidas em prol dos trabalhadores.⁴⁰ Essas considerações nos ajudam a compreender a adesão de Tácito Pires ao socialismo; e as divergências com Xavier da Costa ao perceber as heterogeneidades internas aos grupos e os conflitos entre projetos individuais e coletivos.

No movimento operário, Pedro Tácito Pires foi diretor e redator de *A Voz do Operário*: jornal defensor das classes proletárias, vinculado à Liga Operária Internacional, a essa altura por ele vice-presidida. O periódico foi considerado o primeiro estritamente socialista fundado em Porto Alegre, cuja primeira edição data de primeiro de abril de 1899 e a última de princípio de 1900. Em meio a sua inserção em *O Exemplo* (1902-1905), Pires editou *A Voz dos Oprimidos* no Primeiro de Maio de 1903. Com tiragem de cinco mil exemplares e distribuição gratuita, possivelmente foi edição única. Segundo o editorial, surgiu para levantar “com o coro geral das vítimas o grito de protesto contra as injustiças sociais”.⁴¹ Também foi colaborador de *A Gazetinha*, existente desde 1891.⁴²

Tácito Pires, um jornalista negro

Na edição seguinte à refundação de *O Exemplo*, o editorial intitulado “Nossa Escola” reforçou o que muito se lia nas edições da primeira fase: a instrução seguia uma “das principais carências no nosso meio social”. Recrudescendo a crítica, lastimava-se o fato de o único curso noturno existente na capital ter sucumbido com o Império. Nele, “pobres trabalhadores atingiam conhecimentos bem úteis, bem adiantados”, por meio dos quais ingressaram no funcionalismo público e brilhavam “pelos seus conhecimentos”. Na missão de promover a instrução aquém do governo e “ver gente surgindo dentre nossa gente”, o apoio “de todos os do nosso meio, homens e associações” era fundamental, principalmente de pessoas disponíveis a lecionar ou a contribuir com a manutenção.⁴³ Nessa inflexão, recobremos a parceria entre o fundador Esperidião Calisto e o socialista Tácito Pires. Um primeiro ponto de aproximação entre ambos se refere à compreensão da instrução como via de emancipação, partilhada, aliás, por diferentes ideologias. Para os socialistas, o Estado era responsável pela instrução dos trabalhadores, mas a possibilidade de parceria não era descartada.

40 SCHMIDT. *Em busca da terra de promessa*, p. 276-277; p. 455-436; p. 349.

41 T. P. “Porque que vimos”. *A Voz dos Oprimidos*, Porto Alegre, 1 maio 1903, p. 1.

42 MARÇAL, João Batista. *Primeiras Lutas Operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo/Museu do Trabalho, 1985, 91-99.

43 “Nossa escola”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 12 out. 1902, p. 1.

No primeiro artigo do estatuto da Liga Operária Internacional, endossado por Tácito Pires em 1895, além de unir os trabalhadores e proteger seus associados, havia o fim de “concorrer para a educação dos filhos dos trabalhadores, por meio de aulas noturnas que a associação criará”. Para tanto, uma “Caixa de Propaganda e Instrução” foi criada para arrecadar fundos via “subscrições e quermesses operárias, donativos de todos os meios que a sua administração e acordo com a assembleia geral julgarem convenientes”. Já o Manifesto do Partido Socialista, de 1897, foi um pouco mais detalhado sobre a forma como a distribuição se daria: a instrução seria “geral e profissional gratuita”, cabendo ao Estado custear “todos os utensílios necessários ao estudo”, bem como “o vestuário e alimentação [...] para os filhos da classe pobre”.⁴⁴

Partindo de diferentes experiências, os autores do regulamento da Escola Noturna “O Exemplo” assinalaram em seu primeiro artigo o caráter democrático: “Serão admitidos à frequência das aulas todos os indivíduos, independentemente de cor, sexo, nacionalidade, princípios religiosos ou profissão”.⁴⁵ Adiante, reforçou seu caráter leigo e gratuito; a ausência de castigos, ao passo que as únicas penas seriam a suspensão e a expulsão; e a exigência de seriedade e respeito pelos alunos. É impossível não conjecturar que concorreu para essa elaboração toda a sorte de experiências de violência vivenciadas ou partilhadas pelos redatores. A direção, por sua vez, seria composta por “todos os professores e representantes das associações” que apoiassem sua manutenção; enquanto a gerência, realizada por “uma comissão econômica composta dos tesoureiros das associações e de um dos membros da redação d’*O Exemplo*”. O projeto depositava nas associações, na solidariedade intraclasse, um importante papel na promoção da instrução popular.

As conexões com projetos e práticas de escolarização operária ficam mais evidentes na reformulação do projeto dois meses depois do primeiro anúncio, quando passou a chamar-se Ateneu Popular. O estabelecimento cumpriria um duplo papel: proporcionar um melhor “destino social” às crianças e levantar intelectual e moralmente a classe. Neste último ponto, ressaltavam a necessidade de se estancar os males morais registrados entre os adultos: “Homens atirados à noite da ignorância, não encontrando melhores diversões que as tavernas e os bordéis”. A ignorância gerava os vícios, por sua vez desencadeadores da criminalidade. Em outras palavras, “sem o escudo da instrução para defendê-los dos golpes de desejos imoderados, sem o conhecimento dos deveres que ponham freio aos assomos de sua animalidade, cometem os atentados ao pudor, o lenocínio, o roubo”.⁴⁶

Assim como na fase extinta, emerge desse texto a preocupação com a moralização. Benito Schmidt, nesse sentido, observou que o marxismo, o cientificismo, dentro do qual estava o positivismo, e o romantismo compunham o socialismo difuso de Xavier da Costa e de outros contemporâneos. Na prática, o entendimento de que “a ciência e a técnica resolveriam os problemas básicos da humanidade” se amalgamava à necessidade de “regeneração moral da sociedade”, redundando em uma condenação maior aos males morais do que propriamente os efeitos econômicos do capitalismo. O socialismo, por consequência, emergiria “como uma onda saneadora de justiça, um ideal regenerador da humanidade”. Enfim, ideias de “evolução” e “progresso” não se mostravam incompatíveis aos “valores tradicionais, como honra e a bondade”.⁴⁷

44 PETERSEN; LUCAS. *Antologia do movimento operário gaúcho*, p. 62-67; p. 89-95.

45 “Nossa escola”.

46 “Ateneu popular”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 11 dez. 1902, p. 1.

47 SCHMIDT. *Em busca da terra de promessa*, p. 297; 305.

A adesão ao projeto de escola noturna, contudo, seguiu ínfima e na edição seguinte os editores reforçaram a importância da “iniciativa particular posta entre o poder do Estado e o Povo”, em que pese atribuírem a ausência de apoio à “falta de cultura da maior parte de seus membros”. Nessa ocasião, descreveram com mais detalhes o público a ser contemplado: os “filhos dos proletários”; os “desprotegidos da fortuna”; os trabalhadores em geral; os “rapazes pobres” aprovados nos exames preparatórios, mas que não podiam “prosseguir seus estudos porque as academias existentes, por seus regulamentos, só facilidades oferecem àqueles que de favores não precisam – os filhos dos ricos, aos que têm todos os recursos para estudarem”. A despeito de o regulamento não prever distinções de sexo e o programa confirmar isso ao não estabelecer distinção de saberes por gênero, o foco recaía preponderantemente sobre o alunado masculino. Em um nítido descaso com “a instrução das classes proletárias”, os redatores denunciaram que a despeito de o Estado manter “setecentas escolas”, não havia nenhuma na modalidade noturna.⁴⁸ Embora estabelecendo uma crítica aos fins existentes nas referidas escolas e seu caráter doutrinário – “o imperador para ter soldados dedicados na sua defesa, precisava de ignorantes” –, nota-se mais uma frustração com a República e a democracia. Foi, aliás, evocando este princípio que uma colaboradora passou a assinar instigantes publicações a partir da reabertura do periódico com o codinome “Uma Democrata”; mas este é assunto para outro artigo.

Atentemos por fim para o fato de a instrução aliada ao trabalho ter sido entendida como via de emancipação na diáspora negra, com sentidos um tanto distintos daqueles projetados por autoridades e intelectuais não negros. Na segunda página da edição de refundação de *O Exemplo*, houve o uso pedagógico da história de Booker Taliaferro Washington (1856-1915). Na contracapa da mesma edição, anunciou-se a intenção de se criar a Escola Noturna *O Exemplo*, deixando sugerida a influência do pensamento e do projeto de escolarização de Booker, bem como o desejo de, por meio de sua trajetória, mobilizar a audiência.⁴⁹ Para Frank Guridy, ele soube aproveitar da estrutura imperialista estadunidense para disseminar seu projeto em Cuba e Porto Rico, transformando a experiência do Instituto Tuskegee, por ele fundado em 1881 na Virgínia, no “primeiro epicentro afrodiaspórico do mundo”. Concorreu para isso, tanto as políticas de atração de jovens cubanos promovidas pela instituição, quanto a rápida tradução da sua autobiografia para o espanhol.⁵⁰

Embora não existam informações sobre sua influência direta no Brasil, Booker tornou-se bastante conhecido no país.⁵¹ Sua trajetória foi marcada pela conquista de respeitabilidade por meio do empenho individual aplicado a uma causa coletiva e tornava-se um ponto de convergência com a norma de conduta de *O Exemplo*. A coluna encerrou inclusive ressaltando as diferenças entre “o negro americano e o negro daqui”: enquanto Booker dedicou-se a uma causa maior, por aqui “os negros galgam posições pelo acaso do nascimento, pelo servilismo aos políticos e depois nada fazem pelos seus que são aviltados e amesquinados,

48 “Ateneu popular”.

49 PERUSSATTO. “Arautos da liberdade”.

50 GURIDY, Frank Andre. “Forging Diaspora in the Midst of Empire: The Tuskegee-Cuba Connection”. In: *Forging Diaspora: Afro-Cubans and African Americans in a World of Empire and Jim Crow*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2010, p. 17-60. Tradução: Rane Morais Souza. Revisão técnica: Ana Flávia Magalhães Pinto.

51 GLEDHILL, Sabrina. *Travessias no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino*. Birmingham: Editora Funmilayo Publishing, 2018.

sem se lembrarem que a queda destes importa na própria queda!...”⁵² Acreditava que a emancipação passava pela amálgama entre instrução e trabalho, com uma formação voltada para o trabalho agrícola ou industrial.

Além das ideias socialistas, portanto, os redatores se inspiraram na história de vida de Booker T. Washington na elaboração da projetada escola noturna. Assim, a despeito de só ter encontrado materialidade somente nos escritos de *O Exemplo*, a existência do projeto, por si só, explicita a maneira como procuraram levar a efeito o termo de conduta recuperado no editorial de reestrea do periódico. Essa iniciativa, contudo, não foi o único projeto de instrução popular que contou com a colaboração de Tácito Pires. Apesar do insucesso, compôs o repertório de experiências a ser mobilizado algum tempo depois.

Tácito Pires, um operário da educação

Os debates em torno da escola noturna arrefeceram rapidamente, mas a intenção de promover a instrução seguia pungente para Tácito Pires e contou com a importante participação feminina. “Uma Democrata” passou a colaborar com o periódico em sua refundação, retirando-se meses depois; “Pepita”, pseudônimo de Sophia Ferreira Chaves, passou a colaborar com *O Exemplo* a partir da simbólica edição de 13 de maio de 1904 e afastou-se em janeiro do ano seguinte em virtude de problemas de saúde; Carmen d’Aguiar contribuiu com um artigo em 1904. Em todas essas colaborações, a centralidade da instrução para tornar a liberdade negra substantiva se destacava.⁵³

Sophia Ferreira Chaves (1883-1908) era casada com Tácito Pires e no mesmo ano em que ingressou na redação de *O Exemplo* pleiteou uma vaga para o magistério público ao lado de outros homens e, sobretudo, mulheres do meio negro da capital. O casal encerrou sua participação em *O Exemplo* sem ver acontecer a escola noturna e vislumbrou no magistério público uma possibilidade de reorganização de suas vidas e, de quebra, promover em alguma medida a instrução popular. Em 1908, o casal lecionava nos subúrbios de Itaqui, município localizado na fronteira com a Argentina, quando o inexorável atingiu Sophia, aos 25 anos de idade, logo após ter atingido Dunia, filha recém-nascida. Diante da viuvez, Pires procurou o Juízo de Órfãos do 3º Distrito da capital para declarar que nada havia a ser inventariado e uma declaração de pobreza foi deferida.⁵⁴

Viúvo aos 34 anos de idade, permaneceu como professor público em Itaqui até 1917 e por dois anos lecionou paralelamente em São Borja. Os vínculos com a capital, contudo, permaneciam. Em uma nota publicada em *O Exemplo*, de 1919, foi chamado de “nosso prezado amigo e representante em São Borja”, de onde enviou um informe acompanhado de um cartão e uma “fotografia dos alunos do curso elementar” do “Instituto São-Borjense” acompanhados dos professores “capitão Tácito Pires, d. Adalgisa Bandeira Pires e senhorinha Angélica Bandeira Duarte”. Finalmente havia conseguido levar a cabo um projeto de escolarização popular, efusivamente saudado pelos amigos da capital: “Agradecendo os cumprimentos que, de lá, nos enviam essa plêiade de jovens futurosos [sic] nos quais repousam as esperanças da Pátria, almejamos-lhes inúmeras felicidades”.⁵⁵

52 TELASCO, “Alvejando”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 5 out. 1902, p. 2.

53 PERUSSATTO. “Arautos da liberdade”.

54 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Comarca de Porto Alegre. Juízo de Órfãos. 3º Cartório. Declaração de Pobreza. Inventariada: Sophia Chaves. Inventariante: Tácito Pires, 1908.

55 “Instituto Samborgense”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 10 mar. 1918, p. 2.

Outra novidade ficou explícita no informe: assim como outros que passaram pel'O Exemplo, Tácito Pires conquistou uma patente da Guarda Nacional, associada ao reconhecimento e prestígio social;⁵⁶ e ao reestruturar sua vida familiar ao lado da docente Adalgisa Pinto Bandeira Pires, evidenciou a importância dos laços familiares.⁵⁷ Manteve-se vinculado à imprensa como colaborador do jornal *A Ordem* de Itaquí e, conforme Marcus Rosa, foi um dos fundadores de uma “associação de socorros às famílias dos professores de ambos os sexos” em 1918, ou seja, no mesmo ano da fundação do Instituto São-Borjense.⁵⁸

Em 1920, Tácito e Adalgisa foram removidos do Colégio Elementar de São Borja para o de Caxias do Sul, município que recebeu um grande influxo de imigrantes italianos a partir do terceiro quartel do século XIX. No ano seguinte, o jornal republicano da cidade anunciou que Tácito ofereceria aulas comerciais noturnas gratuitas a trabalhadores e não tardou a registrar-se uma mudança no anúncio: ao lado de Adalgisa, oferecia aulas elementares no vespertino a meninos e meninas; sozinho no noturno, oferecia um curso elementar a operários e trabalhadores, particularmente, a adultos e crianças. Pouco depois, foi arrolado dentre os integrantes da “Liga contra o analfabetismo” anunciada pelo intendente municipal. Na mesma edição, noticiou-se que as portas de sua casa foram abertas para celebrar o aniversário da sobrinha Juracy Duarte, havendo orquestra improvisada para um animado baile, mesa de café e doces, e muitos amigos do “nosso meio social”.⁵⁹ Tais evidências reforçam o empenho de Pires no magistério público e no projeto de instrução popular, bem como a inserção social na serra gaúcha.

Tácito Pires entretinha laços com italianos, a despeito de alguns deles insistirem em problemáticas ideias de raça. Em outro trecho da réplica ao jornalista do *Corriere Italiano*, reproduzida no início do artigo, Tácito Pires evidenciou a contradição de seu interlocutor, que abordou a raça como condição inata, ora como adaptativa. Ainda, sem desejar “aventar uma questão de raça”, disse: “Fazemos justiça à grande maioria da colônia italiana e não a julgamos nem néscia, nem louca; queremos, porém, mostrar a quem não sabe fazer uso da pena que *na raça inferior* os homens comuns sabem combater as tolices dos jornalistas (que não se ofendam os que são) de uma raça inferior”.⁶⁰ Pouco depois, criticou a lei que organizava a expulsão de imigrantes no Brasil.⁶¹ Segundo Marcus Rosa, essa postura poderia estar associada à “vinculação política entre as reivindicações de diferentes grupos sociais”.⁶²

Mas, conforme ressaltou Fabrício Gomes, o desafio de ser negro em Caxias do Sul culminou na fundação de ao menos um clube social negro na década de 1930⁶³ – e Tácito Pires não permaneceu muito tempo por lá. Em 1922, foi transferido para São Francisco de Paula e, em 1928, voltou a ocupar a antiga vaga no Colégio Elementar de São Borja. Em 1931, foi transferido para o de Alegrete e, segundo a nota, há vinte anos era “o educador esforçado de diversas gerações

56 PERUSSATTO. “Arautos da liberdade”.

57 SILVA, Manoel José da et al. (edit.). *Almanaque Laemmert: Anuário Administrativo, Agrícola, Profissional, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil e indicador para 1909*, Rio de Janeiro, 1908, p. Q-56 a 1919, p. 3805.

58 ROSA. “Além da invisibilidade”, p. 242.

59 Respectivamente: *A Federação*, Porto Alegre, 28 jan. 1918, p. 3; *O Brazil*, Caxias do Sul, 5 ago. 1920, p. 2; *O Brazil*, Caxias do Sul, 5 fev. 1921, p. 2; *O Brazil*, Caxias do Sul, 4 jun. 1921, p. 3.

60 PIRES. “O negro”.

61 PIRES, Tácito. “Infâmia das infâmias”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 24 jan. 1903, p. 1.

62 ROSA. “Além da invisibilidade”, p. 242-243.

63 GOMES, Fabrício. *Sob a proteção da princesa e de São Benedito: Identidade Étnica e Projetos num Clube Negro de Caxias do Sul (1934-1988)*. Jundiá: Paco Editorial, 2013.

são-borgenses”. Em 1933, como professor em Taquari, recebeu uma gratificação pelos 25 anos de magistério.⁶⁴

No entardecer de um dia de inverno de 1939, no entanto, o professor público e “amigo íntimo” César Pitoni, nascido na Itália, gritou em vão o nome de Tácito, “que era bastante míope, ia olhando distraidamente para um ponto fixo”. Aos 63 anos de idade, Pires fora fatalmente colhido por um automóvel na faixa localizada em frente ao Instituto de Educação, inaugurado há três anos na Avenida Oswaldo Aranha, Porto Alegre.⁶⁵ Os amigos tinham passado a tarde juntos em palestras realizadas no educandário por Lourenço Filho, um dos principais nomes do movimento conhecido como Escola Nova.⁶⁶ Jornais da capital federal lastimaram sua trágica morte e um deles noticiou o grande público que compareceu ao seu funeral.⁶⁷ Outro jornal informou que era diretor do Colégio Elementar de Bagé.⁶⁸ Mas, inquestionavelmente, manteve laços com a cidade onde nasceu e viveu seu último instante.

Considerações finais

Aspectos da trajetória de Tácito Pires permitiram-nos acessar não somente os efeitos da racialização sobre pessoas negras no pós-abolição, mas também sentidos que os próprios sujeitos atribuíram à raça. Por meio da agência materna e própria, foi de encontro às expectativas depositadas por autoridades e proprietários sobre os ingênuos e construiu nas brechas de uma sociedade hierárquica, excludente e desigual outras possibilidades de existir: tornou-se tipógrafo; fundou e pautou direitos por meio da imprensa e do movimento operário; refundou e editou um jornal negro; e encerrou a vida, assim como o padrinho que possivelmente lhe introduziu no mundo das letras, no magistério público; projetou e atuou na instrução popular.

Assim como diversos integrantes de *O Exemplo* e da imprensa negra de modo geral, ocupou o posto de secretário em sua vida associativa (particularmente na Liga Operária Internacional que ajudou a fundar em 1895), o que reforça o uso do domínio das letras na inserção e ocupação de postos diretivos. Trata-se, pois, da trajetória de um homem negro livre, letrado, intelectual. Segundo Antonio Gramsci, o “intelectual orgânico” é o indivíduo intrinsecamente ligado à sua classe, que pode vir a se colocar como seu representante. Para além da erudição, é principalmente aquele que exerce uma função social, seja ela dirigente, organizadora ou educativa.⁶⁹ François Sirinelli trouxe ainda uma definição de intelectual que abrange tanto “os criadores e ‘mediadores’ culturais”, como aqueles engajados política e culturalmente com seu meio”.⁷⁰ Ambas as definições coadunam a trajetória de Tácito Pires e de tantos outros intelectuais negros de seu tempo.⁷¹

64 A *Federação*, Porto Alegre, 21 maio 1928, p. 3; A *Federação*, Porto Alegre, 19 maio 1931, p. 2; A *Federação*, Porto Alegre, 15 maio 1933, p. 4-5.

65 APERS. Comarca de Porto Alegre. 2º Cartório do Crime. Ordinária Comum. Autor: Justiça Pública. Réu: Romeu Bernardo da Silveira, n. 3787, m. 230, e. 29, 1939.

66 FIGUEIRA, Patrícia Ferreira Fernandes. “Lourenço Filho e a Escola Nova no Brasil: estudo sobre os Guias do Mestre da série graduada de leitura Pedrinho” (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, 2010).

67 A *Noite*, Rio de Janeiro, 5 jul., 1939, p. 21; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 jul. 1929, p. 2.

68 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 de jun. 1939, p. 18.

69 GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

70 SIRINELLI, François. “Os Intelectuais”. In: REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 242-243.

71 MENDONÇA, Joseli. *Evaristo de Moraes: tribuno da República*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007; PINTO. “Fortes laços em linhas rotas”; CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores e política no Brasil: do*

A despeito do caráter conjectural sobre os primeiros anos de vida de Tácito Pires, certamente a experiência de ter nascido de ventre livre e, de forma ampliada, de ser negro em um país organizado em linhas de cor e raça, modulou escolhas e posicionamentos. De acordo com Ana Lugão Rios e Hebe Maria Mattos, um dos desafios dos estudos sobre o pós-abolição no Brasil reside justamente na capacidade de se apreender as lógicas próprias dos sujeitos na atribuição de sentidos à cidadania para além daqueles gestados pelas elites e atento à dialética entre pertencimento e exclusão. Para tanto, é fundamental notar como esse processo de atribuição de sentidos foi atravessado por experiências acumuladas na escravidão e em processos de racialização.⁷²

Embora tenhamos dedicado a primeira seção a situá-lo enquanto um ingênuo, com possíveis vínculos com a escravidão por meio da mãe, não temos evidências de seu engajamento abolicionista ou da marcação desse lugar social em seus escritos. Sua inserção no movimento operário, nesse sentido, torna-se reveladora da maneira como procurou viver sua liberdade dentro das possibilidades e recursos disponíveis. Não realizamos um estudo comparativo sistemático em torno de seus escritos na imprensa operária e na imprensa negra, mas notamos que a questão racial foi explicitada apenas na última. Longe de revelar ambiguidades ou contradições em seu pensamento, a forma particular como escreveu em cada um desses veículos sugere estratégias de divulgação de ideias, de avaliações conjunturais, de elaboração de projetos, de atuação política. Se nos jornais operários a raça se diluía no debate de classe, talvez porque poderia parecer óbvio a Tácito Pires o pertencimento do negro à classe trabalhadora, em *O Exemplo* (imprensa negra) a raça foi explicitamente articulada à classe e ao trabalho.

O mundo do trabalho sempre esteve presente em *O Exemplo*, seja por meio de editoriais ou do constante reforço da existência do negro como trabalhador livre, virtuoso e honesto. Notamos que *O Exemplo* estava não apenas em sintonia com as correntes e disputas ideológicas dentro do movimento operário, como também as manejava dentro de seu projeto, racializando o debate. Em um primeiro momento, o mutualismo era predominante, o socialismo ganhou força com a entrada de Tácito Pires e, mais adiante, o anarquismo deu o tom. O investimento de Tácito Pires na reabertura de um jornal extinto há quase cinco anos pode estar ligado, nesse sentido, a uma insatisfação quanto à postura de seus colegas da imprensa operária sobre a questão racial que, longe de resolvida, ganhou novos contornos no pós-abolição. Tensões com Xavier da Costa, por exemplo, foram citadas na segunda seção. Mas, lembremos que, o Manifesto do Partido Socialista endossado por Pires e Xavier da Costa registrou que o socialismo “é contra o ódio das raças”, tornando-se uma importante pista do debate racial no movimento operário.⁷³

A despeito de a questão racial aparentemente não ter sido a tônica de seu afastamento da imprensa operária, os sentidos do silenciamento da raça são reveladores do que João da Costa Vargas⁷⁴ nomeou de “hiperconsciência da raça”.

aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República. Salvador: Eduneb, 2015; GLEDHILL. *Travessias no Atlântico Negro*; PINTO, Ana Flávia Magalhães. “Vicente de Souza, homem de cor e homem universal: posicionamentos sobre raça e trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro no final do século XIX”. In: VI ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2017, Florianópolis/SC. Anais... Florianópolis, UFSC, 2017, p. 1-17 (Anais eletrônicos).

72 RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

73 PETERSEN; LUCAS. *Antologia do movimento operário gaúcho*, p. 89-95.

74 VARGAS, João Costa. “Hyperconsciousness of race and its negation: the dialectic of White supremacy in Brazil”. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v. 11, n. 4, p. 443-470, 2004.

Ana Flávia Magalhães Pinto recuperou essa ideia para compreender os silêncios em torno do perfil racial de alguns intelectuais negros radicados no Rio de Janeiro. Em suas palavras, trata-se de uma dialética marcada pelo “reconhecimento e a imediata negação da raça como uma ferramenta analítica e moralmente válida, tornando-a incapaz de desempenhar um papel central na determinação de relações sociais, hierarquias e distribuição de recursos, ainda que se esteja diante das inegáveis desigualdades sociorraciais”.⁷⁵

Tácito Pires manejou a ideia raça semelhantemente aos seus colegas de imprensa negra, especialmente ao problematizar imagens que teimavam em naturalizar a associação do negro à escravidão e do branco à liberdade. Sentidos esses que impactavam diretamente no entendimento de que era – e, sobretudo, quem não era – compatível com o trabalho livre. Contudo, mostramos na quarta seção as contradições notadas por Pires na argumentação do jornalista italiano que ora associava o negro ao trabalho escravo por uma questão racial inata, ora sugeria sua melhor adaptabilidade a essa forma de exploração. Em outro trecho da réplica, Pires subverte a ideia de inferioridade racial defendida pelo colega e coloca o branco como agente do processo de escravização. Esse deslocamento conversa com questões recuperadas por David Roediger. Lançado em fins da década de 1990 e traduzido em 2013 para o português, no ensaio “E se o trabalho não fosse branco e masculino?” propõe desafios à história do trabalho, como a necessidade de se construir uma história do trabalho pós-branca e que tome não apenas a classe, mas também a raça e o gênero como centrais.⁷⁶

Enfim, Tácito Pires fez amigos e também inimigos. Deslocou-se da imprensa operária para a negra, e desta para jornais locais, em sua maioria republicanos. Constituiu e reconstituiu família. Velou ao menos uma filha e uma esposa. Tornou-se capitão da Guarda Nacional. Inaugurou e dirigiu um instituto de instrução popular. Deu aulas noturnas a trabalhadores. Militante socialista e negro, acabou por se tornar um operário da educação. Após ouvir ideias escolanovistas, perdeu a vida enquanto atravessava uma avenida da capital distraído em seus pensamentos. A estes não temos acesso, mas os jornais por onde passou registram tantos outros. Pensamentos que o conectavam aos de diversos intelectuais negros na diáspora e que reverberam ainda hoje nas tentativas de se compreender a virada do século XIX para o XX por suas lentes e nas esperanças de realizações republicanas e democráticas.

Recebido em 10/12/2018

Aprovado em 17/12/2018

75 PINTO. “Vicente de Souza, homem de cor e homem universal”, p. 3.

76 ROEDIGER, David. “E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça”. FORTES, Alexandre et al. (orgs.). *Cruzando Fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 17-59.